UNIPAC – Ciência da Computação

Legislação e Ética em Computação

Gabarito da 2ª Avaliação (20 ptos.) realizada em 14 de maio de 2018

**Questão 1**

Para responder esta questão tem que se ter em mente que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado.

Um cidadão requereu à Caixa Econômica Federal a disponibilização de “relação completa de todas as unidades autônomas cujos proprietários invadiram a extensão da Rua Dois [do município de Várzea Grande, MT]” contendo seus respectivos nomes completos, RG e CPF, bem como, em que situação se encontram perante o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), ou seja, se ainda são arrendatários ou se já migraram para outra situação. COLETÂNEA DE DECISÕES DA CGU Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/e-bookcoletaneadecisoescgu.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Considerando-se a solicitação de acesso acima, analise as afirmações que se seguem:

1. O recurso do cidadão deve ser indeferido, ao argumento de que “as informações requeridas são protegidas devido ao direito à intimidade e a vida privada do indivíduo”.

**Incorreta**. Poderia ser deferido parcialmente, pois, nem tudo que foi solicitado deve ser atendido.

1. Apesar das características positivas advindas com o implemento da Lei de Acesso à Informação, há controvérsias, sobre a garantia dos direitos fundamentais do indivíduo que impedem a divulgação pleiteada.

**Incorreta**. Nem todos os dados solicitados devem ser atendidos, principalmente as que ferem os direitos fundamentais do indivíduo.

1. Está consolidado na Administração Pública Federal o entendimento de que os nomes dos cidadãos que receberam recursos públicos federais por meio de políticas devem ser amplamente acessíveis aos cidadãos.

**Correta**

1. A máxima “acesso como regra e sigilo uma exceção” introduz, de certo modo, a dissonância dos princípios elencados como fundamentais previstos na CRFB/88.

**Correta**, todavia, a dissonância perde força quando se tem em mente que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado.

Estão de corretas, APENAS as afirmações:

A) I e II

B) I, II e III

C) I e IV

D) II, III e IV

E) III e IV

**Resp. E**

**Questão 2**

O Software Livre tem quatro liberdades fundamentais: o direito de executar, copiar, modificar e distribuir alterações sem que seja necessário pedir permissão ao criador do programa. Para garantir aos usuários de que não há ato de infração de direito do autor, foram criados instrumentos de lei em forma de licença.

Assinale a afirmação CORRETA.

A) A Licença GNU GPL é a menos usada para projetos de Software Livre

Incorreta - A Licença GNU GPL é a mais usada

B) A Licença GNU GPL não é tão popular devido às dificuldades de instalação do Linux.

Incorreta - A Licença GNU GPL é popular

C) A Free Software Foundation é a entidade que gerencia e publica a licença GPL.

Correta

D) a Fundação Getúlio Vargas, constatou que alguns pontos da Licença GNU GPL vai contra a Constituição.

Incorreta – É constitucional.

E) Com a licença *Creative Commons*, autores e criadores ~~nem~~ sempre podem decidir como e sob que condições seus materiais podem ser utilizados.

Incorreta, pois, os autores e criadores SEMPRE podem decidir...

**Resp. C – Consulte o item 4.4 Licenças Públicas Gerais e Creative Commons da apostila.**

**Questão 3**

Patente, é a submodalidade mais lembrada quando falamos em Propriedade Intelectual, consiste no direito de exclusividade de exploração temporário de uma invenção ou modelo de utilidade concedido por um governo a pessoas físicas ou jurídicas. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente, incentivando assim novas criações e inovações. Esta submodalidade pode ser dividida em privilégio de invenção e modelo de utilidade.

Considerando as características da patente, avalie as afirmações a seguir:

1. Modelo de utilidade refere-se a produto ou processo que implique um aperfeiçoamento de algo já existente no estado da técnica, sendo novo apenas em parte de sua estrutura

Correta

1. No Brasil, conforme estabelecido na Lei de Direitos Autorais, são três os requisitos para patenteabilidade: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

Incorreta – o certo seria “Conforme o estabelecido na Lei 9279 de 14 de maio de 1996, a lei de Propriedade Industrial”.

1. O prazo de vigência de uma patente quando se trata de uma invenção é 15 anos, e o direito de exclusividade de um modelo de utilidade é de 20 anos, contados a partir da data de depósito.

Incorreta – Segundo o Art. 40 da Lei 9279, A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito.

1. Privilégio de invenção é referente a produto ou processo que não exista no estado da técnica, ou seja, a ideia partiu do zero

Correta. Segundo o Art. 11, § 1º, o estado da técnica é constituído por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente.

É correto APENAS o que se afirma em:

A) I e II

B) I, II e III

C) I e IV

D) II, III e IV

E) III e IV

**Resp. C**

**Questão 4**

O limite para o objeto da proteção da lei do software recai na tutela sobre a expressão “de um conjunto de instruções”, não sobre as ideias e cogitações de planos de algoritmos e cálculos. Isso significa que a aplicabilidade da lei não é para a fase da elaboração do software, mas quando o software funciona.

ORTIZ, ALVES. REVISTA ELETRÔNICA DA FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA. [v. 6, n. 1 (2012)](http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/issue/view/25) Disponível em: < http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/149/129>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Considerando esse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

1. Conforme a própria lei do software, o registro do software é mais adequado como propriedade industrial no INPI, ou seja, como invenção e não como mera expressão de instruções que não se sabe se funciona.

PORQUE

1. O regime do direito autoral é inadequado para o registro de software, para a devida proteção de programas de computadores, a não ser que o software corresponda às normas da lei do direito autoral, que pode merecer aplicação subsidiária da própria lei do software.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I

B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

E) As asserções I e II são proposições falsas.

**Resp.: A**

**Questão 5**

A pirataria é um dos maiores problemas relacionados ao autor quanto a sua criação, é uma prática ilícita caracterizada pela reprodução, sem autorização ou uso indevido de programas de computador legalmente protegidos. Quando adquirimos um programa, estamos realmente, comprando o direito de uso daquele software. Quase todo programa vem acompanhado de um acordo de licenciamento que ao ser aceito, não dá o direito de revenda ou reprodução do mesmo e sim, o uso. O custo real e o valor de cada peça de software recaem não na caixa, embalagem ou mídia, mas nas linhas de códigos que estão presentes neles, ou seja, nas instruções que o software indica para o que o computador deve fazer.

### SILVA, Paulo Renato de Moraes. JUS.COM.BR. Software: proteção jurídica e penalidades aplicáveis. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46147/software-protecao-juridica-e-penalidades-aplicaveis >. Acesso em: 12 maio 2018.

[Paulo Renato de Morais Silva](https://paulorenatomorais.jus.com.br/publicacoes)

1. Os tipos menos comuns de pirataria de software são as cópias feitas pelo Usuário Final quando esses duplicam os programas para uso no próprio escritório ou fazem cópias adicionais de programas para uso doméstico.

**Incorreta** – O correto seria: “Os tipos **mais** comuns de pirataria de software são as cópias feitas pelo Usuário Fina**l...”**

1. O usuário deve obedecer ao regulamento que estipula uma licença para cada microcomputador, seja no escritório ou em casa. Portanto, para cada hardware em uso, deve haver um número equivalente de software, ou de licenças de uso.

**Correta**

1. A lei será aplicada, diferentemente, para programas sofisticados e um simples jogo.

**Incorreta**

1. A Pirataria de Canal de Distribuidor é aquela que ocorre quando um software, distribuído com licenças sob condições de descontos especiais, é redistribuído para outros que não fazem parte desses grupos qualificados para este benefício.

**Correta**

É correto APENAS o que se afirma em:

A) I e II

B) I, II e III

C) I, II e III

D) II e IV

E) III e IV

**Resp.: D**

**QUESTÃO 6**

A manutenção da relação de domínio que o autor de uma obra tem sobre a sua criação torna-se mais difícil nos meios virtuais. A facilidade na troca de informações, o anonimato e a variedade fontes contribuem a essa realidade. Com isso, novos desafios aparecem, constantemente, para que se mantenha a propriedade de criação e os direitos autorais.

LUCENA, Kattarine de Medeiros et Ali. **A DIFICULDADE DE CONTROLE DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS EM MEIO À DIFUSÃO DAS REDES VIRTUAIS**. Disponível em: <http://www.portalmites.com.br/conferences/index.php/ENEE/Isti2015/paper/viewFile/385/255> >. Acesso em: 12 maio 2018.

Nessa perspectiva, conclui-se que:

1. A tecnologia disponível e a pressão do tempo não deixam espaço para maior interação da rede para o desenvolvimento de métodos eficazes para o combate à violação dos direitos autorais.

**Incorreta,** pois, o problema não é apenas a tecnologia disponível ou a pressão do tempo, porém a necessidade de mais convívio com os novos meios de comunicação e com a interação em rede para que se possa desenvolver métodos eficazes no combate à violação dos direitos autorais.

1. Só a experiência e o tempo é que indicarão os caminhos a seguir e fornecerão as molduras jurídicas atualizadas pela nova cultura, no que se refere à proteção justa dos direitos autorais.

**Correta**

1. A importância de pesquisas nessa área se dá pela necessidade de conscientização dos programadores para a não divulgarem obras alheias sem respeitar a propriedade do autor; e de inovação no ordenamento jurídico para, de forma objetiva, legislar sobre crimes virtuais.

**Incorreta** – pois, a importância de pesquisas nessa área se dá pela necessidade de conscientização social, não apenas dos programadores.

1. Para lidar com esse contexto é preciso desenvolver métodos de aplicação e conscientização da legislação aos gerentes das redes no trato com materiais protegidos.

**Incorreta –** pois, para lidar com esse contexto, é preciso desenvolver métodos de aplicação e conscientização da legislação **aos usuários** das redes no trato com materiais protegidos. Seria incorreto conscientizar somente os gerentes das redes!

1. A pesquisa nessa área, cuja rede de computadores fornece a proteção ideal a quem produz conhecimento, facilita ao usuário não se expor a riscos de apropriação por parte de outros.

**Incorreta**, pois, é importante que se continue a pesquisar nessa área para demonstrar o quanto a rede de computadores ainda não oferece a proteção ideal a quem produz conhecimento...

**Resp.: B**

**Questão 7**

Os direitos à propriedade intelectual há décadas vêm sendo discutidos pela sociedade e pelos legisladores. Constatada a relevância, decidiu-se por proteger esses direitos, que foram dispostos e modificados algumas vezes na história. No entanto, com a difusão e a democratização dos meios virtuais, destacadamente a rede mundial de computadores, surgiram novos desafios para que os direitos autorais sejam efetivamente protegidos. Obstáculos como o anonimato, a despreocupação quanto à menção autoral, a falta de clareza e conhecimento social quanto à responsabilização pelo uso indevido das obras protegidas dificultam a plenitude da conservação dessas garantias.

Assim, o ambiente virtual se mostra espaço que precisa receber normatização e sistematização no sentido de se dar segurança e clareza a quem produz conhecimento. Esse ambiente precisa reduzir a instabilidade dada à autoria das informações nele publicadas, para que se tenha um local mais seguro para criação e ampliação de saberes.

LUCENA, Kattarine de Medeiros et Ali. **A DIFICULDADE DE CONTROLE DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS EM MEIO À DIFUSÃO DAS REDES VIRTUAIS**. Disponível em: <http://www.portalmites.com.br/conferences/index.php/ENEE/Isti2015/paper/viewFile/385/255> >. Acesso em: 12 maio 2018.

Assinale a alternativa CORRETA:

1. Observa-se a importância da pesquisa nessa área, para demonstrar o quanto a rede de computadores avançou e já oferece a proteção otimizada a quem produz conhecimento, minimizando, assim, os riscos de apropriação por parte de outros.

**Incorreta** - Na realidade a rede de computadores ainda não oferece a proteção ideal a quem produz conhecimento, pois, o autor se expõe a riscos de apropriação por parte de outros.

1. Para lidar com esse contexto, é preciso desenvolver métodos de aplicação e conscientização da legislação aos usuários das redes no trato com materiais protegidos, todavia, a questão é facilitada pelo vasto entendimento da dinâmica e das possibilidades de ferramenta tão ampla.

**Incorreta** - A questão ainda é muito delicada, pois, **entende-se ainda pouco** da dinâmica e das possibilidades de ferramenta tão ampla.

1. A conservação autoral e o domínio devem ser preservados para que se fomente a produção dos mesmos.

**Correta**. Estando escrito em um papel ou digitalizado, a conservação autoral e o domínio devem ser preservados para que se fomente a produção dos mesmos e, a partir disso, tenha-se um arcabouço teórico e experimental disponível ao desenvolvimento da ciência e do país como um todo

1. Todas as obras intelectuais (livros, vídeos, filmes, fotos, obras de artes plásticas, música, intérpretes etc.), ao serem digitalizadas, perdem sua proteção, portanto podem ser utilizadas sem prévia autorização.

**Incorreta** - Todas as obras intelectuais (livros, vídeos, filmes, fotos, obras de artes plásticas, música, intérpretes etc.), mesmo quando digitalizadas, não perdem sua proteção, portanto não podem ser utilizadas sem prévia autorização.

1. Uma das contribuições mais extraordinárias da internet é permitir que qualquer usuário, possa vir a ser produtor, intermediário e usuário de conteúdos. E o alcance dos conteúdos é universal, todavia, a LDA fornece uma política ampla que protege completamente a autoria das incertezas do anonimato e das cópias.

Incorreta - A LDA não protege completamente a autoria. Os meios virtuais precisam dar mais segurança para que a autoria e seus direitos inerentes sejam preservados.

**Resp.: C**

**QUESTÃO 8**

Observe que na tirinha que um dos personagens deseja capitalizar sobre a sua idéia, nem sempre de uma forma ética.



Ao examinar as tirinhas à luz da Lei de Direitos Autorais (LDA), é possível afirmar que:

1. A LDA descreve apenas como obras intelectuais protegidas aquelas fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível.

**Correta**

1. A LDA protege a ideia, assim, um programa de computador não necessita estar pronto, criado, e contido em um suporte físico de qualquer natureza para ser protegido.

**Incorreta** – Segundo o art. 7º da LDA, são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, **expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível**,

1. A legislação brasileira de direitos autorais (LDA) descreve as ideias, como protegidas, da seguinte forma: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito...”

**Incorreta** – Segundo o art. 7º da LDA. Vide comentário anterior.

1. Não é necessário que a ideia contida na obra literária e artística seja original, desde que apresente qualidade ou mérito artístico.

Incorreta – Se obra não for original e não tiver em concordância com a LDA pode ser considerada plágio.

1. O Artigo 8º da LDA e conexos incluem expressamente na proteção, as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos.

**Incorreta** - Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

I - as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais.

**Resp. A**

**Questão 9**

Podemos dizer que a lei de direitos autorais, no tocante à área de informática, veio delimitar a ação criminosa e trazer as sanções civis aplicáveis ao contrafator (nome técnico do “pirata”)

Quais das alternativas retratam corretamente o registrado em lei?

1. A pena de multa (Direito Penal, Art. 49) reverte-se ao “fundo penitenciário”, não sendo repassada ao autor cujos direitos foram violados.

**Correta –**   Art. 49 - A pena de multa consiste no pagamento ao **fundo penitenciário** da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa.

1. A pena pecuniária civil está definida e delimitada na Lei de Direitos Autorais.

**Correta**

1. Pena pecuniária civil Não sendo conhecida a quantidade de cópias ilegais produzidas, a pena pecuniária que o contrafator estará sujeito é de mil vezes o valor de cada produto violado.

**Incorreta –** LDA, Art. 103. Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço dos que tiver vendido. Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de **três mil exemplares**, além dos apreendidos.

1. É a Lei de Direitos Autorais que define o que é o ato de contrafação.

**Correta** – Item VII do Art. 5º~DA LDA - Para os efeitos desta Lei, considera-se: - contrafação - a reprodução não autorizada

É correto APENAS o que se afirma em:

A) I e II

B) I, II e III

C) I, II e IV

D) II e IV

E) III e IV

**Resp. C**

O direito moral de autor é a proteção que está ligada à paternidade da obra, ou seja, ao vínculo entre criador e criatura. No artigo 24 da Lei de Direitos Autorais estão definidos quais exatamente são os direitos morais do autor. O mais conhecido é o direito que o autor tem de ver seu nome publicado juntamente com a obra. É o que, na fotografia, chamamos de crédito. Portanto, é direito moral do fotógrafo a publicação de seus créditos. O direito à integridade da obra e o direito a modificá-la também são exemplos de direitos morais de autor.

Questão 10

Como a legislação de Propriedade Autoral e conexos vigentes no país aborda o direito moral sobre o software?

**Resp.:** O **Direito moral** de autor é a proteção que está ligada à paternidade da obra. Trata-se de um Direito intransferível e inalienável. Os Direitos morais dá ao autor o Direito de alterar sua obra, independente de tela usando antes ou depois, bem como, suspende-la e até retirá-la de circulação. No artigo 24 da Lei de Direitos Autorais estão definidos quais exatamente são os direitos morais do autor.

Todavia, o § 1º do Art. 2º da Lei do Software informa que não se aplicam ao programa de computador as disposições relativas aos direitos morais, ressalvado, a qualquer tempo, o direito do autor de reivindicar a paternidade do programa de computador e o direito do autor de opor-se a alterações não-autorizadas, quando estas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação.